

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE JUNHO DE 2002

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Embaixadores de países amigos; Senhor Ministro Marco Aurélio Melo, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes – cito o Ministro Miguel Reale Júnior e, em nome dele, cumprimento a todos; Senhores Parlamentares presentes; Senhoras, Senhores, especialmente aqueles que receberam algum diploma de mérito ou que foram premiados, como esses jovens, tão numerosos, que aqui se encontram,

Queria, em primeiro lugar, agradecer não só as palavras do General Alberto Cardoso, como, sobretudo, o esforço imenso que tem sido realizado por ele e pelo General Paulo Roberto Uchoa nessa Campanha Nacional Antidrogas. Acho que esse trabalho – como o próprio General Cardoso mencionou – é um trabalho, eu diria, de formiguinha. Não é um trabalho que possa aparecer do dia para a noite, mas é dele que depende o futuro dessa menina e dos muitos outros milhões que estão por nascer.

Tem sido, realmente, um esforço enorme da Secretaria Nacional Antidrogas de articular as ações necessárias para que tenhamos mais cons-

ciência dos problemas e maior capacidade de atuar sobre esses problemas. Não é fácil. Para começar, não foi fácil sequer estabelecer os vínculos necessários internamente ao aparelho de Estado. Existe sempre um certo zelo das burocracias, cada uma quer defender o seu pedacinho, tem receio da penetração por forças “estranhas”, de outras partes do Estado.

Foi um trabalho lento de construção, de confiança recíproca, entre a Secretaria Nacional Antidrogas e o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, e progressivamente isso foi sendo realizado, de tal maneira que, hoje, o Ministro da Justiça recebe aqui uma nota de distinção. E certamente o Ministro, ao receber este diploma, terá presente que ele está continuando um trabalho que vem de longe, vem de outros Ministros que o antecederam e que foram sensíveis à necessidade de uma articulação melhor do próprio Governo para enfrentar um problema de monta, como é o problema da luta contra as drogas. E a articulação dos órgãos de prevenção com os órgãos de repressão, a questão de colocar a Polícia Federal, que é o braço fundamental do Governo Federal na repressão, mas colocá-la em consonância com os objetivos nacionais, de uma política antidrogas, é um trabalho de paciência que está sendo coroado de êxito.

Nós vemos, hoje, que existe uma cooperação até mais ampla. O General Cardoso mencionou a Política Nacional Antidrogas. Recordo-me de que, no início do Governo, não tínhamos nenhuma possibilidade institucional de coordenar ações. E a política antidrogas não pode se limitar à repressão. E a prevenção não é algo que possa ser feito apenas por um órgão burocrático. Requer, primeiro, a sensibilização do conjunto do Governo. Como se pode falar de luta contra as drogas se nós não envolvermos, pelo menos, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde nesse processo de mobilização da sociedade? E não só: também o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria, o do Turismo, o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, posto que, hoje, o tema narcotráfico e a questão das drogas são tema nacional.

E me recordo – o General ainda não era Secretário Nacional Antidrogas, era Chefe da Casa Militar do meu Gabinete – que nós estávamos despreparados até mesmo para mantermos um diálogo coerente

com outros setores em nível internacional. Hoje, o mundo inteiro tem preocupação com a questão das drogas, com a questão do narcotráfico, com a questão da lavagem do dinheiro.

Ora, pouco a pouco, fomos construindo essa teia de relações internas do Governo, para permitir que haja uma orientação que seja comum e que tenha resultados. Não havia nada. Não havia, realmente, nada, nem mesmo no sentido legal. Foi preciso, Ministro Marco Aurélio, pouco a pouco, convencer o Congresso de que nós tínhamos que tipificar o crime de lavagem de dinheiro. Não havia isso. Não existia o conceito, como crime, da lavagem de dinheiro. Mas não adianta existir na lei, se não existirem os órgãos necessários para coibir a lavagem de dinheiro. Criamos a Coaf, um conselho que acompanha, do ponto de vista das articulações financeiras, os mecanismos que são criados e que aparecem, às vezes, estranhamente, na tela de observação, como a movimentação de dinheiro inexplicável.

Isso explica articular essa Coaf com o Banco Central, com a Polícia Federal, com a Receita Federal. Tudo isso coberto de sigilos e de empecilhos legais. Um órgão do Governo não podia falar com outro. Não podia nem sequer informar ao outro a transgressão, ou mesmo o crime que ele estivesse observando na sua área de observação, pois a lei não permitia.

Nós fomos criando, pouco a pouco, os mecanismos para isso, tipificando o crime e criando as instituições para isso. Está feito. Precisa muito mais. Quando nós dizemos que está feito, são as sementes, ainda não são árvores que dão frutos, mas são sementes importantes, porque senão não haverá nunca árvores e nem colheremos nunca frutos. É um trabalho persistente que não vai nunca para as luzes dos holofotes. Nunca. O que vai para as luzes dos holofotes é quando se pega um bandido. Aí, todo mundo vê, em sua casa, com horror, a marcha da insensatez do crime. Mas a marcha da sensatez custa mais a aparecer, porque ela não pode ser feita sob a luz pública – mesmo que o seja –, não chama a atenção, nem é para chamar a atenção, mas é fundamental para que isso ocorra.

Agora, nós já estamos numa outra etapa. Não basta que o Governo se articule. O Governo sem a sociedade é uma casca vazia, nem tem

conteúdo. Ou existe uma ligação entre o que acontece no País e o que o Governo está fazendo ou querendo fazer, ou é inútil. Podemos criar burocraticamente, posso assinar quantos decretos queira – qual é o efeito? Muito limitado. Então, estamos, agora, articulando muito mais, articulando com os estados, articulando com os municípios, como disse o General, com as escolas, com as ações em conjunto. Em certas áreas do Brasil, existem já exemplos. Ainda ontem, o Ministro da Justiça mencionava a mim exemplos concretos: Jardim, creio que Müller, em São Paulo e Jardim Ângela também em São Paulo. Existem ainda exemplos no Pará, na Bahia, no Rio de Janeiro, em toda parte, de alguns mecanismos que a própria comunidade está criando, com apoio, quanto possível, das várias instâncias de governo – municipal, estadual e federal –, para aumentar o grau de consciência. E o General Cardoso terminou tão brilhantemente, mostrando que nós temos que informar mais, para que as pessoas possam fazer uma opção real – portanto, ter base moral para dizer “sim” ou “não”. Essa teia está começando a se espalhar.

Cada vez que se vê o feito, os que estão fazendo têm a impressão de que fizeram muito. Mas, quando se olha o que não foi feito, é preciso ter muita fé para continuar fazendo, porque falta muito. Mas o problema não é o que falta: o problema é disposição de avançar, é disposição de fazer. E acho que a sociedade brasileira, nesse sentido, tem efetivamente mudado. E mudado para melhor.

Temos verificado o imenso impacto da novela “O Clone”, e não por acaso a Glória Perez está aqui, e nós, todos, estamos felizes de poder reconhecer publicamente o significado do que foi essa telenovela. O que se vê no desempenho das atrizes e atores é que aquilo ali educa a população, porque transmite uma realidade, e transmitir a realidade, ainda quando ela seja feia, é necessário para que a população possa, então, confrontar com essa realidade e tentar mudá-la. Quando se vê isso e a aceitação que isso teve no público brasileiro, percebe-se que há, consciente ou inconscientemente, em cada cidadão brasileiro, em cada cidadã brasileira, a preocupação com a droga e com o narcotráfico e com evitar que, no futuro, nossos filhos – no meu caso, os netos ou

bisnetos – possam, efetivamente, defrontar essa situação e sair dela com boas perspectivas de integridade moral.

Isso está acontecendo, esse despertar da consciência nacional para esse problema. É uma guerra, eu diria, sem quartel. E em todos os aspectos. É uma guerra na prevenção, mas é também uma guerra na repressão. Recentemente eu mencionei, numa reunião, aqui, que, num dado momento, no passado, eu pude me defrontar com um problema que parecia, na época, insuperável, que era o da inflação. Foi possível vencer esse problema, porque nós sensibilizamos o País e, em vez de tomar medidas puramente tecnocráticas, explicamos ao brasileiro e à brasileira o que iria acontecer, a URV, que já muitos esqueceram. Mas, na época da inflação, era muito difícil que as pessoas tivessem uma noção do que era uma moeda relativamente estável. E a população entendeu. Sem repressão, sem controle de preços, sem botar ninguém na cadeia, nós fomos, progressivamente, passando para uma situação de controle do processo inflacionário.

Hoje, o grande problema que desafia a todos nós é o da droga e da violência. E todos os brasileiros que quiserem, efetivamente, dar um passo a mais neste país têm que estar preocupados e atuando na questão da droga e da violência. Não se vai vencer a droga sem a prevenção, nem se vai vencer a violência só com a repressão – embora a repressão seja fundamental. E repressão, no caso, não significa apenas o ato do policial que sobe o morro. Como disse o General, esse é o ato final contra quem vende droga. Tem o resto. É o ato contra quem está lavando dinheiro, os grandes beneficiários do tráfico de drogas. Esses têm que ser um foco fundamental na luta persistente do setor público e da sociedade, para que nós possamos, efetivamente, controlar esse processo de expansão da droga. Mas é um desafio. E é um desafio que não pode ser visto apenas como responsabilidade de alguns; é de todos nós. É minha responsabilidade também. Por quê? Porque, embora, como disse o General, constitucionalmente não caiba ao Governo Federal a repressão direta da droga, ele tem o controle das fronteiras.

E, mais: ele tem que apoiar os estados, para melhorarem as suas polícias e para entrosarem as suas polícias, a civil com a militar. E tem

que entrosar a Polícia Federal com as polícias locais. É preciso, também, que nós nos ocupemos dos aspectos legais do Judiciário, do funcionamento desse processo. Tantas vezes se critica tanto que “Ah, alguém prende e depois vem o *habeas corpus*.” Mas, então, vamos melhorar o funcionamento do Judiciário. O Juiz segue a lei. Não há outro modo. Vamos melhorar a lei, vamos melhorar o Código de Processo, para que nós possamos ter, efetivamente, um resultado mais eficaz.

Toda gente sabe, pelo menos os que têm alguma noção do que está acontecendo no mundo e em países como o nosso, e não só o nosso, que talvez o mais dramático seja a sensação de impunidade. Quando se começa a desprezar a lei, não precisa esperar que alguém mate alguém, ou que haja o narcotráfico. Coisas pequenas, quando são impunidas, alimentam a possibilidade da continuidade do desrespeito à lei. O desrespeito no trânsito, o fato de não tomarem cuidado com o que fazem com os dejetos são pequenas infrações que criam o clima para as grandes. E, quando se é tolerante demais com as pequenas, se é absolutamente tolerante com as grandes.

É preciso mudar essa mentalidade, e não é só em momentos dramáticos, como se vêem todos os dias nas televisões, ou se lê nos jornais, ou se ouve no rádio, que estão acontecendo em certas partes do País. Até o ponto tal que um membro do Judiciário declarou que, no Rio de Janeiro, há setores da cidade onde o Estado não existe. Aí já é desagregação, já é anomia. E, quando o Estado não existe, é preciso repor o Estado lá, porque senão não há cidadania, há o arbítrio, e o arbítrio que passa a ser controlado pelo malfeitor, pelo criminoso, pelo quadrilheiro. Mas não é só aí que se manifesta essa sensação de que nada acontece, da impunidade. É em tudo. É na transgressão eleitoral não punida, é na penalidade que o Tribunal dá e depois vem uma anistia para dizer que não valeu. É em tudo. Não pode. Nós temos que acreditar na democracia e, portanto, no estado de direito. E não existe estado de direito quando se tem, todo dia, a desobediência à lei, seja nos casos graves, seja nos que parecem que são menos graves, mas, na verdade, vão corroendo os valores fundamentais da cidadania.

Acredito, portanto, que essa luta – e o General Cardoso colocou muito bem – não é só antidroga: é a favor da vida. E a favor da vida democrática, da vida com responsabilidade, com noção, com consciência, com informação, com liberdade mas, também, com responsabilidade dentro da liberdade.

Estamos chegando a um ponto, no Brasil, em que se confunde a liberdade com a baderna, a liberdade com a falta de responsabilidade. Quando a liberdade é confundida dessa maneira, ela fica a perigo, porque a liberdade tem que estar assegurada a todo cidadão, e assegurada com regras que são consensualmente aprovadas. Fora disso, não se trata de liberdade: é alguma coisa que, na verdade, é liberticida, porque mata o fundamento moral para a defesa da liberdade e para o exercício, por parte de cada um de nós, do nosso direito de opção e de escolha.

Quando se vê que, no morro – morro é modo de dizer, porque pode não ser morro, pode ser uma planície mesmo, e não precisa ser só no subúrbio, não, pode ser no centro, no coração das zonas ricas das nossas cidades –, não existe o respeito à lei, quando se vê que ali há um chefe ou um chafinho ou um chefe, a coisa vai mal. Não é possível.

Por isso, eu acredito que o significado deste ato, aqui, hoje, seja muito especial, porque é um ato de prevenção e é um ato de reflexão pelas bases morais da convivência livre de um povo. Nós vamos preservar essa convivência livre desse povo, e vamos preservá-la através dessas lutas cotidianas e através do que está aqui visto por essas crianças, da motivação para que elas despertem nas suas consciências a preocupação com problemas que, para a idade delas, são problemas ainda longínquos, mas que, em pouco tempo, vão estar muito presentes.

O General Cardoso mostrou que, estatisticamente, a posição do Brasil não é tão má quanto parece. Mas ele alertou: cuidado! Cuidado, porque nessa matéria 1% é 1 milhão e 700 mil pessoas. É muita gente. É muita gente capaz de criar muitos problemas, causar grandes males. E não nos conforta que outros países tenham proporção maior ainda: esse é um problema nosso também, mas é principalmente deles.

Temos que ter presente que aqui tem que haver tolerância zero no que diz respeito à transgressão, porque, quando se começa a aceitar –

“não, alguns podem muito, aqui não” –, fica difícil. É uma questão de valor. Nós estamos lidando não apenas com números, mas com valores. E, do ponto de vista do valor ativo, não se pode aceitar nenhum, muito menos 1%. Claro. E foi por isso que o General trouxe esse número. Não podemos pensar em passar ao País que é impossível. Quando se dão números assim, às vezes mal colocados, parece que tudo está mal: isso desanima e ajuda aos que estão fazendo o mal. É preciso mostrar, como o General Cardoso mostrou, que existe o mal, mas existe também uma consciência que está nascendo, que está começando, e que nós temos condições de combater o mal e vamos continuar num caminho que permita, efetivamente, remodelar a nossa vida societária, nossa vida comunitária, a partir de valores mais saudáveis para todos nós.

Por tudo isso, eu queria reiterar os meus agradecimentos àqueles que têm trabalhado na Senad e nos outros órgãos de Governo, como no Ministério da Justiça, tantas pessoas – por exemplo, agora, nós temos um Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas –, tantas pessoas da sociedade civil que estão, crescentemente, nas organizações não-governamentais, auxiliando o processo de tomada de consciência, porque sem isso não avança. Sem que haja, realmente, uma mobilização da sociedade, um problema dessa magnitude não pode ser vencido. Eu quero agradecer a todas essas pessoas e quero estender os meus cumprimentos aos que já receberam as suas menções esta manhã. E terminar dizendo que, ao olhar um folheto com os cartazes feitos pelas crianças a respeito desse nosso programa e ao ver hoje o rostinho dessa menina, tão variada no aspecto tão brasileiro, cada um tem um jeito, ao vê-los, todos, felizes por terem dado uma contribuição nessa grande luta nacional, eu tenho, reafirmada, a minha confiança de que, apesar das dificuldades, nós vamos vencê-las.

Muito obrigado.